



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Turma de Procuradores de Justiça Criminal para
Uniformização de Entendimentos

ASSENTO nº 005/2009 - TUPJC-MT

I - As disposições dos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, com a redação da Lei 11.719/08, não instituíram defesa preliminar ao recebimento da denúncia.

II - O juiz, entendendo que a denúncia ou queixa preenche os requisitos formais legalmente exigidos, as condições da ação e os pressupostos processuais, deverá recebê-la, cabendo-lhe determinar a citação do réu para oferecer resposta escrita no prazo de 10 dias (art. 396, caput)

III - Vinda a resposta escrita, e alegando o réu uma das causas previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, deverá o juiz examiná-las, podendo absolvê-lo sumariamente em decisão de mérito, devidamente fundamentada.

As inovações trazidas pela lei nº 11.719/2008 ao procedimento processual penal quanto à defesa escrita do acusado tem gerado a idéia de que *um procedimento preliminar ao recebimento da denúncia* foi criado, à semelhança do que previsto no art. 514¹ para os funcionários públicos acusados de crimes em razão do exercício da função pública.

Tal compreensão, todavia, não é correta. Em verdade, a interpretação sistêmica dos artigos 396, 396-A, 397 e 399 do Código de Processo Penal conduzem a uma única conclusão: a de que o CPP criou não uma *fase preliminar ao recebimento da denúncia*, mas uma fase de resposta escrita após o recebimento da denúncia e citação.

Vejamos os dispositivos em questão:

¹ Art. 514. Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

Parágrafo único. Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a resposta preliminar.

Art. 515. No caso previsto no artigo anterior, durante o prazo concedido para a resposta, os autos permanecerão em cartório, onde poderão ser examinados pelo acusado ou por seu defensor.

Parágrafo único. A resposta poderá ser instruída com documentos e justificações.

Art. 516. O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.

Art. 517. Recebida a denúncia ou a queixa, será o acusado citado, na forma estabelecida no Capítulo I do Título X do Livro I.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Turma de Procuradores de Justiça Criminal para Uniformização de Entendimentos

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, **recebê-la-á** e ordenará **a citação do acusado para responder à acusação, por escrito**, no prazo de 10 (dez) dias. (Grifo nosso).

Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

§ 1º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

§ 2º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

IV - extinta a punibilidade do agente. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Art. 399. Recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

Observa-se de referidas regras, portanto, que a resposta escrita mencionada no art. 396 só tem lugar *após o recebimento da denúncia ou queixa e a citação do acusado*, é dizer, depois de instaurada a relação jurídico-processual, que se dá com a citação (art. 363, do CPP).

E o recebimento e citação o juiz fará se não rejeitar a inicial liminarmente, já que de acordo com o art. 395 do mesmo estatuto, poderá fazê-lo antes da citação nas hipóteses em que: I - for manifestamente inepta; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008); II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou ; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008). III - faltar justa causa para o exercício da ação penal. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Turma de Procuradores de Justiça Criminal para
Uniformização de Entendimentos

Superada a fase inicial, em que o juiz recebe a denúncia ou queixa, ordena a citação e recebe a resposta escrita do acusado, outra possibilidade se abre ao juiz em face das alegações apresentadas pela defesa, na qual está autorizado a absolver sumariamente o acusado nas hipóteses mencionadas no art. 397 do CPP em decisão de mérito.

O art. 399, ao reportar-se ao fato (passado) do recebimento da denúncia ou queixa, constitui desdobramento lógico da abertura da instrução processual que opera se, tendo em conta as alegações da defesa, o juiz não vislumbra provada de maneira cabal nenhuma das situações descritas no art. 397 do CPP.

Nesse sentido são os ensinamentos de Luiz Flávio Gomes, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto, que ao interpretar o art. 396 afirmam:

Aqui a denúncia ou a queixa já foi recebida, como mencionado, textualmente, no artigo em exame. 'Receber' não é sinônimo de 'ter em mãos'. O vocábulo 'receber' somente admite sua interpretação sob o aspecto técnico e, nesse aspecto, recebimento da denúncia ou queixa é o ato pelo qual o juiz acata a acusação, nela vislumbrando elementos mínimos que autorizam a deflagração do processo penal. Ademais, a lei determina a citação do acusado. Ora, citação pressupõe, necessariamente, a existência da ação penal. Nesse sentido, aliás, a nora redação do art. 363 (...) É verdade que o art. 399 torna a mencionar o recebimento da denúncia ou queixa, dando a impressão desavisada que tais acusações, até então, não haviam sido recepcionadas. Não é assim. Na verdade o vocábulo 'recebida' foi indevidamente empregado pelo legislador, que teria andado melhor caso utilizasse, no art. 399, a expressão 'não tendo sido o acusado absolvido sumariamente' (Comentários às Reformas do Código de Processo Penal e da Lei de Trânsito, RT, São Paulo, p.29/31).

Em conclusão, não há plausibilidade na interpretação de que a lei nº 11.719/2008 instituiu uma defesa preliminar ao recebimento da denúncia ou queixa nos procedimentos sumários ou ordinários, tal como o Código de Processo segue mantendo em relação aos crimes de que são acusados os funcionários públicos.

Mauro Viveiros
Procurador de Justiça